

O que foi a crise de 2008 e quais as diferenças para a situação atual

A falência do Silicon Valey Bank, em 10 de março, e a depreciação de 30% do Credit Suisse na quarta-feira (15) trazem à memória a crise econômica de 2008, a pior pela qual o mundo passou desde a década de 1930.

Mas as turbulências atuais não estão relacionadas com o que aconteceu em 2008. Aquela foi uma crise gerada pelo setor imobiliário, e esta tem outros fatores.

No caso do Silicon Valey Bank, clientes retiraram seu dinheiro por conta da preocupação de que as reservas de caixa da empresa estavam baixas. Em relação ao Credit Suisse, há uma crise na confiança dos investidores no banco, após um relatório



divulgado pela instituição apontar distorções em suas demonstrações financeiras.

A crise de 2008, contudo, tem sua raiz no mercado de hipotecas americano. Os bancos passaram anos emprestando dinheiro a juros baixíssi-

mos para clientes comprarem seus imóveis. Em 2003, por exemplo, os juros do Fed, o banco central dos Estados Unidos, chegaram a cair para 1% ao ano, a menor taxa desde o fim dos anos 1950.

O crédito farto e barato

gerou um aumento de interesse na compra da casa própria, e, com a maior procura, os preços também aumentaram. Em 2005, o “boom” no mercado imobiliário estava avançado: comprar uma casa (ou mais de uma) tornou-

-se um bom negócio, não só para quem queria adquirir o imóvel próprio, mas também para quem procurava investir.

Nesta época, os bancos descobriram um nicho ainda a ser explorado no mercado: o de clientes do segmento “subprime”, caracterizados pela baixa renda, por vezes com histórico de inadimplência, como desempregados e pessoas sem renda comprovada. Este segmento representa um risco maior de calote que os de outras categorias de crédito, mas, justamente por ser de maior risco, as taxas de retorno são bem mais altas. Em outras palavras, o mercado viveu uma fantasia, emprestando dinheiro para quem provavelmente não poderia pagar.

Folhapress



Economia



BC cortar juro para se antecipar a crise externa pode dar errado, como em 2011, diz Itaú *Página - 03*

Entenda as novidades na declaração do Imposto de Renda 2023

Página - 03

Abate de bovinos no Brasil volta a crescer após dois anos de queda *Página - 05*

Grande safra no Brasil evitará que China sofra maiores impactos da Argentina, diz Abiove *Página - 05*



Política

Haddad entrega proposta de nova regra fiscal a Lula *Página - 04*

Lira vê distorções em concessões de saneamento e defende que lei seja aprimorada *Página - 04*

No Mundo

Ciclone Freddy causa mais de 270 mortes e se torna um dos mais letais da África



O número de mortes causadas pelo ciclone Freddy ultrapassou os 270 nesta quarta-feira (15), tornando-o uma das tempestades mais letais da África das últimas duas décadas. Em uma trajetória incomum, a tempestade tropical saiu do sul do continente no final de fevereiro e retornou à mesma região no início de março, deixando um rastro de destruição em três países: Maláui, Moçambique e Madagascar.

A maior parte dos óbitos ocorreu no Maláui, onde as autoridades contabilizaram 225 mortes desde que a tempestade voltou a tocar o solo do país, na segunda-feira. O Departamento de Gestão de Desastres nacional ainda re-

portou 41 desaparecidos e 707 feridos em decorrência das chuvas fortes, que continuam a afetar partes do território.

As operações de resgate, que envolvem as forças de segurança do país e outras entidades, seguiam na manhã de quarta. Porta-voz da Cruz Vermelha no país, Felix Washoni afirmou à agência de notícias AFP que o maior desafio dos socorristas são as enchentes, uma vez que a destruição de pontes tem dificultado o acesso às vítimas.

Ele contou que pessoas têm sido resgatadas do alto de árvores e de telhados. O fornecimento de energia também foi parcialmente interrompido, uma vez que a companhia nacional de eletricidade teve que desligar algumas de

suas principais hidrelétricas em razão das tempestades. A área mais afetada é Blantyre, centro financeiro e comercial da nação. Chilobwe, um vilarejo situado em uma colina, sofreu vários deslizamentos de terra, que puseram abaixo as casas de tijolos do local. Famílias e socorristas tiveram que escavar a lama, às vezes com as mãos, à procura de entes próximos e corpos no vilarejo. “Há pessoas mortas por toda parte. Todos perderam alguém”, afirmou Fadila Njolomole, 19. Na vizinha Moçambique, ao menos 21 pessoas morreram segundo informações do governo divulgadas na terça-feira. Chuvas fortes continuavam nesta quarta no porto de Quelimane e áreas adjacentes. Folhapress

Explosão em mina na Colômbia deixa 11 mortos e 10 soterrados

Pelo menos 11 pessoas morreram em uma explosão causada por acúmulo de gases dentro de uma mina de carvão na cidade de Sutatausa, na Colômbia. Outros 10 trabalhadores continuam presos abaixo da terra.

A explosão ocorreu na noite de terça-feira (14) e foi divulgada pelo governador do departamento de Cundinamarca nesta quarta (15). Segundo Nicola Garcia, os mineiros presos estão a 900 metros de profundidade, o que dificulta a busca dos mais de cem socorristas mobilizados para a ação.

“Cada minuto que passa é menos tempo de oxigênio”, disse o governador à Blu Radio, lamentando que será “muito difícil” encontrar os trabalhadores com vida.

O acidente aconteceu na área rural de Sutatausa, localizada a cerca de 75 quilômetros ao norte da capital Bogotá, e afetou seis minas que se comunicam entre si todas têm autorização de funcio-

namento. Uma faísca gerada pelo atrito de uma picareta teria causado a explosão.

Duas pessoas já haviam sido resgatadas e sete conseguiram escapar sem ajuda.

“Estamos fazendo todos os esforços com o governo de Cundinamarca para resgatar as pessoas que estão presas com vida”, escreveu o presidente Gustavo Petro em seu perfil no Twitter. “Deixo um abraço de solidariedade para as vítimas e seus familiares.”

Explosões desse tipo são comuns na Colômbia, tanto nas minas de carvão e ouro a céu aberto quanto nas subterrâneas. Muitas delas operam de forma ilegal ou informal, sem medidas de segurança adequadas.

O mais grave exemplo recente ocorreu em junho de 2010, quando 73 pessoas morreram após uma explosão numa mina de carvão em Amagá, cidade do departamento de Antioquia situada no noroeste do país. Folhapress

Rússia adverte EUA após queda de drone americano no mar Negro



Um dia após ser acusada pelos Estados Unidos de ter provocado a queda de um drone americano operando no mar Negro, perto do teatro de conflito na Ucrânia, a Rússia disse para Washington parar sua atividade aérea perto das fronteiras russas.

A advertência foi feita em um comunicado do embaixador russo nos EUA, Anatoli Antonov, na madrugada da quarta (15). Ele havia sido convocado pelo Departamento de Estado para dar explicações sobre o episódio, o mais grave encontro de aeronaves russas e ocidentais desde o início da Guerra da Ucrânia.

“A atividade militar inaceitável dos EUA perto de

nossas fronteiras é motivo de preocupação. Elas recolhem inteligência, que subsequentemente é usada pelo regime de Kiev para atacar nossas Forças Armadas e território”, afirmou. Na manhã da terça (14), dois caças russos interceptaram um drone de reconhecimento e ataque MQ-9 Reaper no mar Negro. Moscou disse que o aparelho havia violado o espaço aéreo delimitado pelos russos desde o começo da guerra, em fevereiro do ano passado, como restrito. Washington não reconhece essa fronteira.

Segundo o relato americano, um dos Sukhoi Su-27 passou a interferir com o drone, despejando combustível à sua frente e fazendo mano-

bras próximas, quando acabou batendo em sua hélice, levando o aparelho a cair. Os russos negam, dizendo que a queda foi provocada por uma manobra brusca do Reaper.

Os americanos moderaram o tom, focando a acusação no que chamaram de antiprofissionalismo da abordagem russa. Insistiram em que o Reaper, um dos cerca de 300 aparelhos de até US\$ 30 milhões cada (quase R\$ 160 milhões hoje) que operam, estava desarmado e em ação de vigilância. Na quarta, o porta-voz da Casa Branca, John Kirby, disse que os EUA pediram, na conversa com Antonov, que “os russos fossem mais cuidadosos”. Igor Gielow/Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



BC cortar juro para se antecipar a crise externa pode dar errado, como em 2011, diz Itaú



Os problemas no sistema bancário americano e a possibilidade de o banco central dos EUA suspender o processo de alta de juros por lá ainda não justificam um corte na taxa básica no Brasil. Essa é a avaliação do economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

Ele lembra que em 2011 o Banco Central do Brasil tentou se antecipar a um suposto problema no sistema financeiro na Europa e deu um cavalo de pau na política monetária: cortou os juros cerca de 45 dias após anunciar um aumento da taxa básica.

O resultado, no entanto, foi o aumento da inflação, o que fez com o BC tivesse de subir a taxa a níveis ainda mais

elevados posteriormente.

“A gente ainda tem inflação elevada, expectativas bem distantes da meta. Cortar os juros agora no curto prazo seria arriscado, com bastante chance de dar errado. Quando em 2011 o Banco Central buscou se antecipar ao choque negativo colocando em segundo plano a meta de inflação, deu bastante errado”, afirmou Mesquita.

Ele diz que uma parada no processo de alta de juros nos EUA, ou um aumento menor que o projetado anteriormente, não são suficientes para mudar o cenário da política monetária no Brasil, embora sejam fatores que devem entrar no modelo de projeção do BC, para avaliação do impacto para a inflação.

O Itaú avalia que o cenário mais provável é um aumento de 0,25 ponto percentual nos juros dos EUA na próxima semana, embora não esteja descartada a possibilidade de uma pausa no aperto monetário caso a crise bancária se mostre mais grave nos próximos dias. O banco projeta que a taxa passe do teto de 4,75% para 5,75% neste ano, sem cortes antes de 2024.

O cenário de crédito no Brasil também não justificaria um corte de juros por aqui neste momento. Mesquita disse não ver um cenário de crise de crédito aqui, mas uma desaceleração dos empréstimos normal em momentos de alta de juros. A inadimplência das pessoas físicas também dá sinais de melhora. Folhapress

Entenda as novidades na declaração do Imposto de Renda 2023



Desde às 8h de ontem (15), o contribuinte poderá acertar as contas com o Leão. Começa o prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Segundo a Receita Federal, a expectativa é que sejam recebidas entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde registrado em 2022, quando o Fisco recebeu 36.322.912 documentos.

A partir deste ano, a declaração terá novo prazo, de 15 de março a 31 de maio. De acordo com a Receita, a mudança foi necessária para permitir que todos os contribuintes possam ter acesso à declaração pré-preenchida do

Declaração de Propósito

Leandro Bren Vianna, CPF nº 248.055.088-50, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na **Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo I - GTSP1 - Avenida Paulista 1804 - 5º andar - 01310-922 - São Paulo - SP.

Declaração de Propósito

Luiz Henrique Grein Moniz de Aragão, CPF nº 081.379.229-03, DECLARA, nos termos do art. 6º do Regulamento Anexo II à Resolução nº 4.122, de 2 de agosto de 2012, sua intenção de exercer cargo de administração na **Fram Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, ESCLARECE que eventuais objeções à presente declaração devem ser comunicadas diretamente ao Banco Central do Brasil, no endereço abaixo, no prazo de quinze dias contados da divulgação, por aquela Autarquia, de comunicado público acerca desta, por meio formal em que os autores estejam devidamente identificados, acompanhado da documentação comprobatória, observado que o declarante pode, na forma da legislação em vigor, ter direito a vistas do processo respectivo. **Banco Central do Brasil**. Departamento de Organização do Sistema Financeiro - Gerência Técnica em São Paulo I - GTSP1 - Avenida Paulista 1804 - 5º andar - 01310-922 - São Paulo - SP.

Bancos médios levantam preocupação com corte de juros do consignado

A ABBC (Associação Brasileira de Bancos), que representa os bancos de pequeno e médio porte, manifestou preocupação na quarta (15) com os efeitos do corte do juro do consignado sobre as empresas do setor.

Segundo a entidade, uma parte do mercado já opera oferecendo crédito com taxas abaixo do teto e com baixa rentabilidade na operação. Dessa forma, a redução das taxas de 2,14% ao mês para 1,70%, aprovada pelo Conselho Nacional de Previdência Social na segunda-feira (13), deve inviabilizar a concessão de dinheiro ao público, especialmente aqueles que concentram maior risco de inadimplência, ou seja, os que têm renda menor e a camada mais idosa, segundo a ABBC.

“A redução traz riscos à continuidade das suas atuações nesta operação com a implementação dos novos tetos, o que poderá resultar em

concentração de mercado em poucos bancos, prejudicando a concorrência na prestação de serviços ao aposentado, em especial para o público não-bancarizado”, diz a ABBC.

A entidade prevê nova queda nos empréstimos, aprofundando movimento registrado nos últimos anos. Em 2020, foram repassados R\$ 104 bilhões ao público do INSS, caindo para R\$ 56 bilhões no ano passado --nível abaixo do registrado em 2019, quando foram concedidos R\$ 78 bilhões. Nesta semana, a Febraban divulgou nota em que afirma que “os patamares de juros fixados não suportam a estrutura de custos do produto e os novos tetos têm elevado risco de reduzir a oferta do crédito consignado, levando um público, carente de opções de crédito acessível, a produtos que possuem em sua estrutura taxas mais caras, pois uma parte considerável já está negativada”.

Joana Cunha/Folhapress

Imposto de Renda no primeiro dia de entrega.

Segundo o auditor fiscal José Carlos Fernandes da Fonseca, supervisor nacional do Programa do Imposto de Renda, como a maioria das informações oferecidas na declaração pré-preenchida só chegam à Receita Federal no fim de fevereiro, o Fisco precisa de um prazo para consolidar os dados. Por causa disso, o formulário pré-preenchido, no qual o contribuinte recebe um formulário preenchido e apenas confirma os dados antes de os enviar ao Fisco, só sai na metade de março.

A declaração terá novidades relativas à restituição. Quem optar por receber a restituição via Pix ou usar a

declaração pré-preenchida receberá o valor mais rapidamente, sempre respeitando as prioridades legais. Em relação ao Pix, no entanto, a novidade só vale para quem declarar a chave do tipo CPF no campo de pagamento da restituição.

Outra mudança importante é a ampliação dos dados disponíveis na declaração pré-preenchida. No ano passado, o acesso havia sido estendido a quem tem conta nível prata ou ouro no Portal Gov.br. Agora, o formulário, que proporciona mais comodidade e reduz as chances de erros pelo contribuinte, terá mais informações, como imóveis registrados em cartório e criptoativos.

Wellton Máximo/ABR

Política

Haddad entrega proposta de nova regra fiscal a Lula



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), disse nesta quarta-feira (15) que a proposta da nova regra fiscal, que substituirá o teto de gastos, já foi entregue ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). “Já está no [Palácio do Planalto]”, respondeu Haddad ao ser questionado por jornalistas na sede da pasta econômica sobre a entrega do desenho do novo arcabouço fiscal ao chefe do Executivo. A expectativa é que o texto final seja concluído antes de viagem de Lula para a China, programada para o dia 24. O aval do presidente é a última etapa antes de a proposta seguir para o Congresso Nacional. Embora ainda não tenha apresentado detalhes, o ministro já disse anteriormente que a nova regra fiscal será simples e não será uma meta de controle da dívida pública. À Folha, membros do governo envolvidos no debate afirmaram que o arcabouço vai permitir que se alcance o objetivo de zerar o déficit primário já em 2024. De acordo com Haddad, em entrevista à CNN Brasil, o novo modelo proposto não irá reproduzir as limitações identificadas em outros mecanismos, como a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) e o teto de gastos -que limita o crescimento das despesas públicas à inflação

registrada no ano anterior. A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet (MDB), discutiu o desenho da nova regra fiscal com Haddad na última semana. Após o encontro, ela se disse satisfeita “do lado orçamentário e fiscal” e acrescentou que a proposta garante investimentos e irá agradar a todos, “inclusive ao mercado”. Na manhã de terça-feira (14), Haddad apresentou a proposta ao vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também acumula o cargo de ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. Segundo o titular da Fazenda, a recepção foi positiva.

Nathalia Garcia/Folhapress

Lira vê distorções em concessões de saneamento e defende que lei seja aprimorada



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), reconheceu na quarta-feira (15) que há distorções na execução de concessões de saneamento no país e disse que a lei que trata do assunto precisa ser aprimorada. Lira participou do lançamento da agenda legislativa dos operadores privados de saneamento 2023, realizada no Salão Nobre da Câmara dos Deputados. “O marco do saneamento disponibiliza que o privado participe dessas negociações. Essa lei precisa ser aprimorada”, disse. “Algumas distorções ainda acontecem na execução prática das concessões. A vontade sempre do Parla-

TCU deve ordenar que Bolsonaro devolva também armas que recebeu de presente

O Tribunal de Contas da União (TCU) deve determinar nesta quarta (15) que Jair Bolsonaro (PL) devolva não apenas as joias que recebeu de presente da Arábia Saudita como também armas que ele trouxe ao Brasil em 2019, ao voltar de uma viagem ao Oriente Médio.

O então presidente ganhou de presente naquele ano uma pistola e um fuzil de representantes dos Emirados Árabes. O fuzil foi customizado com o nome de Bolsonaro, segundo informações publicadas pelo site Metrôpoles. A pistola pode ter preços que variam de R\$ 5,9 mil a R\$ 15,6 mil. Modelos semelhantes do fuzil custam entre R\$ 32 e R\$ 42 mil.

Nesta semana, advogados de Bolsonaro apresentaram uma petição ao TCU afirmando que ele está disposto a entregar ao tribunal joias que recebeu de presente

da Arábia Saudita em 2021. Eles não incluíram no lote, no entanto, as armas recebidas por Bolsonaro.

Os ministros do TCU devem negar a proposta do ex-presidente e determinar que todos os bens (joias e armas) sejam enviados a órgãos públicos, como a Receita Federal, a Polícia Federal e o patrimônio público da União.

As joias que o ex-presidente agora disponibiliza ao TCU foram trazidas pela comitiva liderada pelo então ministro das Minas e Energia, Bento Albuquerque, em viagem àquele país.

Outra parte do lote de joias, avaliadas em R\$ 16,5 milhões, seriam destinadas a Michelle Bolsonaro e ficaram retidas na alfândega.

O estojo, incorporado ao acervo pessoal do então presidente, continha relógio, caneta, abotoaduras, um tipo de rosário e anel, também da marca suíça Chopard.

Mônica Bergamo/Folhapress



mento é de fazer uma lei que atenda a todos, que atenda ao macro, ao máximo possível, mas o Brasil é muito peculiar em encontrar soluções que variam do 8 ao 8.000.”

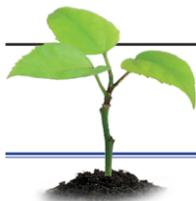
Lira afirmou que é preciso analisar eventuais brechas no marco do saneamento para evitar que contratos acabem sendo resolvidos na Justiça.

Secretário-executivo do Ministério das Cidades, o ex-deputado Hildo Rocha (MDB) negou qualquer intenção de modificar o marco do saneamento para pior. “Pode ser que tenha mudança para melhor. Nós não vamos dizer ‘não, não vai se mudar a lei por que ela é nova’. Ela é nova, eu participei, fui um dos mais ativos participantes

desse novo marco do saneamento. Mas tem alguma coisa que nós podemos melhorar? Tem. Sempre tem algo a ser melhorado.”

Ele defendeu que os investimentos privados em abastecimento de água, esgotamento sanitário e resíduos sólidos permitirão que o governo aplique mais recursos em drenagem, vertente do saneamento que tem dificuldade de investimento da iniciativa privada. “Precisamos usar mais o recurso público para drenagem. Mas, para que a gente possa ter mais recurso para drenagem, é necessário que a gente gaste menos com abastecimento de água e esgotamento sanitário.

Danielle Brant/Folhapress



Abate de bovinos no Brasil volta a crescer após dois anos de queda



O abate de bovinos voltou a crescer em 2022 depois de dois anos seguidos de queda. Foram 29,80 milhões de cabeças no ano passado, aumento de 7,5% frente ao ano anterior, ou 2,09 milhões de cabeças a mais. Ao alcançar 56,15 milhões de cabeças, o abate de suínos teve um crescimento de 5,9% em relação ao ano anterior e estabeleceu um recorde na série histórica.

Os dados são da Estatística da Produção Pecuária, divulgada na quarta-feira (15) pelo IBGE.

O analista da pesquisa, Bernardo Viscardi, disse que o aumento de 19,1% no abate de fêmeas foi fundamental para essa retomada do abate de bovinos. “São os ciclos da

pecuária. Depois de um período de retenção das vacas para procriação, seguido pela entrada dos bezerros no mercado e sua consequente desvalorização pelo aumento da oferta, as fêmeas começam a ser destinadas ao abate”, explica em texto no site do IBGE.

O estado de Mato Grosso permanece na liderança do ranking nacional no abate de bovinos. A participação do estado no total do país ficou em 15,8%. Na sequência está São Paulo, com 11,5%, e Mato Grosso do Sul, com 11%.

A produção de ovos de galinha avançou em 16 dos 26 estados analisados em 2022. Em comparação a 2021, a produção nacional cresceu 1,2%, o que representa um novo recorde em 2022,

totalizando 4,06 bilhões de dúzias. O aumento na atividade em relação a 2021 representa 47,71 milhões de dúzias de ovos a mais à disposição do mercado.

De acordo com Bernardo Viscardi, o mercado interno é o grande responsável pelo resultado, uma vez que o Brasil exporta menos de 1% da produção. “O ovo é a proteína mais barata, em termos absolutos, dentre todas as pesquisadas, sendo uma ótima alternativa às carnes bovina, suína e de frango. Os ovos são utilizados tanto para consumo, quanto para incubação. Logo, o crescimento da produção de carne de frango acompanha o aumento da atividade de ovos incubados, férteis”, explicou.

Cristina Índio do Brasil/ABR

Problemas na BR-277 complicam exportações via Paranaguá, diz agro paranaense



No Paraná, o agronegócio tem apontado prejuízos com as chuvas e interdições frequentes na BR-277, principal via de acesso ao Porto de Paranaguá.

O setor cita problemas como falta de espaço para armazenar a produção de grãos, já que nem sempre é possível liberar os caminhões para a estrada. Por isso, há cooperativas que têm optado por enviar suas cargas para outros portos, como o de São Francisco e o de Santos.

Desde o final do ano passado, a BR-277 enfrenta problemas após fortes chuvas, com deslizamentos de terra e pedras, e até afundamento de pista. No momento, há uma interdição parcial nos

Grande safra no Brasil evitará que China sofra maiores impactos da Argentina, diz Abiove

O Brasil aumentará o processamento de soja em 2023 como efeito de maior demanda por farelo e óleo em meio à quebra de safra na Argentina, mas com uma colheita brasileira recorde haverá oferta suficiente para elevar as exportações do grão à China, disse o presidente da Abiove, a associação de empresas do setor.

Segundo André Nassar, essa confirmação de que o Brasil é um fornecedor confiável de soja à China, maior importador global da commodity, será importante momento da viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua comitiva ao país asiático, que deverá marcar o fortalecimento dos laços comerciais com os chineses.

“É um ano atípico, porque a quebra na Argentina é grande, a quebra na Argentina afeta o mercado de farelo

e o óleo, vai estimular a gente a processar bastante este ano. Mas como vamos ter uma safra grande, não vai ter nenhum tipo de prejuízo em relação à oferta para exportar grãos”, disse Nassar.

Enquanto o Brasil, maior produtor e exportador de soja, deve colher uma safra recorde de cerca de 150 milhões de toneladas, com aumento de mais 20% na comparação com a temporada passada afetada pela seca no Sul, a Argentina, principal exportador de farelo e óleo, deverá ver sua produção cair para menos de 30 milhões de toneladas.

“Diferentemente do ano passado, quando a exportação do Brasil acabou caindo, este ano vamos crescer... acho que isso também é importante para sinalizar para os chineses”, acrescentou ele. A área plantada com soja no Brasil cresceu cerca de 5% na temporada 2022/23, para 43,5 milhões de hectares. Notícias Agrícolas



quilômetros 33 e 41,5. Ali, já houve queda de barreira e o Dnit fez um desvio, com uma faixa de descida e uma de subida. “Os serviços estão cerca de 60% executados. A expectativa é que os trabalhos de recuperação continuem até o fim de março”, diz o órgão do governo federal responsável pela estrada.

Já no quilômetro 33,5 da mesma rodovia, no sentido litoral, houve um afundamento de pavimento no último dia 8, e grandes trincas apareceram na pista. Desde então, há uma interdição da faixa de descida em uma extensão de 1,1 quilômetro. O trânsito segue lento no trecho.

“As trincas maiores foram vedadas com massa asfáltica. Já as trincas menores foram

fechadas com Grout (massa especial mais resistente). A vedação das trincas é uma medida preventiva necessária para evitar que não infiltre água das chuvas pelo pavimento e isso provoque mais danos”, diz o órgão federal.

Neste ponto da rodovia, o Dnit não definiu um prazo para solucionar o problema e afirma que considera o local “geologicamente comprometido”.

Também há serviços emergenciais de contenção de encosta sendo feitos nos quilômetros 40 e 41,4 da BR-277 pelo DER (Departamento de Estradas de Rodagem) do governo do Paraná. Até o último sábado (11), 70% dos serviços tinham sido executados.

Catarina Scorteci/Folhapress



Publicidade Legal

SPRS PLATÃO CAPITAL II S.A.

CNPJ/MF 49.933.670/0001-50 - NIRE 35300610971

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 15 DE MARÇO DE 2023

1. Data, Hora e Local: 15/03/2023, às 9 horas, na Av. Paulista, nº 1636, cj 4, sala 1, Bela Vista, São Paulo/SP. **2. Convocação e Presença.** Dispensada, totalidade dos acionistas da Cia. **3. Mesa Diretora.** Salvador Pastore Neto, presidente da mesa, e Diogo Martins Rosa, secretário. **4. Ordem do Dia.** Deliberar sobre: a. A autorização para a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública sujeita ao rito de registro automático, nos termos da Lei nº 6.385, de 07/12/1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e da Resolução CVM nº 160, de 13/07/2022 ("Resolução CVM 160"), no valor total de emissão de R\$ 64.700.000,00, da Cia, tendo a VORTX Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88, com sede na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, São Paulo/SP como Agente Fiduciário ("Emissão de Debêntures"); b. a outorga e constituição em favor do Agente Fiduciário, representando a comunidade de beneficiários das debêntures emitidas pela Cia nos termos do item "a" acima, de (i) alienação fiduciária da totalidade das ações da Cia, tituladas por seus acionistas e alienação fiduciária da totalidade das quotas de emissão das Fidoras (conforme abaixo definidas), tituladas pela Cia (em conjunto, "Alienação Fiduciária de Ações e Participações Societárias"); (ii) cessão fiduciária de (a) direitos sobre a Conta Vinculada da Emissora (conforme definida na Escritura de Emissão), na qual serão desembolsados os recursos oriundos da integralização das Debêntures, bem como recebíveis e créditos depositados na Conta Vinculada da Emissora; e (b) dos direitos sobre a Conta da Associação (conforme definida na Escritura de Emissão), bem como recebíveis, créditos e direitos, principais e acessórios, depositados na Conta da Associação ("Cessão Fiduciária"); (iii) alienação fiduciária da totalidade dos bens e equipamentos de cada um dos Projetos (conforme definidos na Escritura de Emissão) ("Alienação Fiduciária de Bens e Equipamentos", e em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações e Participações Societárias e com a Cessão Fiduciária, simplesmente "Garantias Reais"); c. a autorização expressa para administração da Cia praticar todos os atos necessários à formalização da Emissão de Debêntures e das Garantias Reais, em especial assinar o (i) Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública da sprs platão capital ii s.a. ("escritura de emissão"); (ii) os respectivos instrumentos particulares de constituição de alienação fiduciária de participações societárias em garantia ("instrumentos de alienação fiduciária"); (iii) o instrumento particular de constituição de cessão fiduciária de conta vinculada em garantia e outras avenças, bem como o instrumento particular de constituição e de promessa de cessão fiduciária de recebíveis em garantia e outras avenças (em conjunto, "instrumentos de cessão fiduciária"); (iv) o instrumento particular de constituição de alienação fiduciária de bens e equipamentos em garantia ("Instrumento de Alienação Fiduciária de Equipamentos"), bem como seus respectivos e eventuais aditamentos; e (v) contratar Coordenador, Agente Fiduciário, Assessor legal e quaisquer outros prestadores de serviço necessários à Emissão de Debêntures (em conjunto "Atos de Formalização"); d. a ratificação de todos praticados pela administração da Cia até esta data para a formalização da Emissão de Debêntures. **5. Deliberações:** Após analisar e discutir as minutas dos Atos de Formalização e as matérias constantes da ordem do dia, decidiram os acionistas, por unanimidade de votos: a. aprovar a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública sujeita ao rito de registro automático ("Debêntures"), que terá as seguintes características e condições principais, nos termos da Escritura de Emissão: (i) Número da Emissão: 1ª emissão de Debêntures. (ii) Série: única. (iii) Quantidade de Debêntures: 64.700 Debêntures. (iv) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000,00 na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Nominal Unitário"). (v) Valor Total da Emissão: R\$ 64.700.000,00 na Data de Emissão, conforme definida abaixo ("Valor Total da Emissão"). (vi) Espécie: as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei 6404/76 ("Lei das S.A."), com garantia adicional fidejussória; (vii) Agente de Liquidação e Escriturador: O agente de liquidação da Emissão e o escriturador das Debêntures será a Vortex Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada; (viii) Data de Emissão: para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures corresponderá à Data de Emissão indicada na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (ix) Prazo de Vencimento: O vencimento das Debêntures ocorrerá na data determinada na Escritura de Emissão ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de Regate Antecipado Facultativo Total ou Vencimento Antecipado, nos termos da Escritura de Emissão. Na Data de Vencimento, a Cia deverá realizar o pagamento das Debêntures pelo Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão. (x) Colocação e Procedimento de Distribuição: As Debêntures serão objeto de distribuição pública sujeita ao rito de registro automático por um Coordenador Líder, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Resolução CVM 160 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como do Contrato de Distribuição a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição"). (xi) Destinação dos Recursos: Os recursos obtidos por meio da Emissão de Debêntures serão destinados integralmente pela Companhia para o desenvolvimento futuro de projetos de construção e operação de 3 unidades de usinas de mineração distribuída de energia elétrica de matriz fotovoltaica, bem como para reembolso de aporte de capital e de adiantamentos para futuro aumento de capital realizados pela Cia nas Fidoras ("Destinação dos Recursos"). (xii) Atualização Monetária: O Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, será atualizado monetariamente pela variação positiva acumulada do IPCA, apurado e divulgado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). (xiii) Remuneração: as Debêntures conferirão aos seus titulares o direito ao recebimento de juros remuneratórios, calculados e pagos na forma estabelecida na Escritura de Emissão ("Juros Remuneratórios"). (xiv) Garantias: As Debêntures serão garantidas por (a) Alienação Fiduciária de Ações e Participações Societárias, (b) Cessão Fiduciária, (c) Alienação Fiduciária de Bens e Equipamentos, e (d) fiança outorgada por sociedades afiliadas da Companhia. (xv) Local de Pagamento: Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Cia, nos termos da Escritura de Emissão, utilizando-se, conforme o caso (a) os procedimentos adotados pela B3 para as debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo escriturador para as debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; (xvi) Prorrogação dos Prazos: Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista e decorrente da Escritura de Emissão até o 1º dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário na em São Paulo - SP, feriado nacional, sábado ou domingo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com dia não considerado Dia Útil. (xvii) Forma de Subscrição e Integralização: as debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas aplicáveis à B3, no prazo máximo de 180 dias, contados a partir da data de divulgação do Anúncio de Início, e desde que verificado o cumprimento das Condições Precedentes previstas na Escritura de Emissão, mediante pagamento do Valor Nominal Unitário na Conta Vinculada da Emissora (conforme definida na Escritura de Emissão); (xviii) Amortização: O Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado conforme cronograma constante no Anexo III da Escritura de Emissão; (xix) Encargos Moratórios: Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impuntualidade no pagamento pela Cia de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, calculados pro rata temporis, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa moratória de 2% sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial; (xx) Resgate Antecipado Facultativo Total ou Amortização Extraordinária Facultativa Parcial: A partir do 12º mês da Data de Emissão, a Cia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente de aprovação dos Debenturistas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total") ou a amortização extraordinária facultativa parcial das Debêntures ("Amortização Extraordinária Facultativa Parcial"), nos termos da Escritura de Emissão; (xxi) Amortização Extraordinária Obrigatória: Semestralmente, juntamente com a medição do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (conforme definido na Escritura de Emissão), a Cia deverá calcular, informar e comprovar ao Agente Fiduciário o valor do ICSD (conforme definido na Escritura de Emissão), sendo certo que a primeira mensuração será realizada com base nos balanços de 30/09/2024. Caso o valor do ICSD seja igual ou superior a 1,00x e menor que 1,15x, a Cia deverá amortizar extraordinariamente – não se aplicando, neste caso, o Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada – o Valor Nominal Unitário Atualizado, de forma que, após tal amortização, o ICSD seja igual ou maior a 1,15x, conforme cálculo descrito no Anexo XI da Escritura de Emissão ("ICSD Recomposição"), ou igual ou superior a 1,15x, a Emissora deverá amortizar extraordinariamente na proporção de 50% ("Cash Sweep"). Os pagamentos do Cash Sweep, quando devidos, deverão ser feitos semestralmente nas mesmas datas da amortização ordinária das Debêntures, conforme previstas no Anexo III da Escritura de Emissão. O valor do ICSD deverá ser confirmado pelo Agente Fiduciário, após validação dos cálculos; (xxii) Amortização Compulsória Extraordinária: A Companhia deverá realizar Amortização Compulsória Extraordinária, sem Prêmio de Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada, caso seja verificado que 20% dos créditos gerados não foram faturados para os Associados (conforme definido na Escritura de Emissão), no respectivo mês de referência, por 03 meses consecutivos, conforme previsto na Escritura de Emissão. A Amortização Compulsória Extraordinária deverá ocorrer no prazo de 30 dias contados da data em que se verificar o evento aqui descrito, sem prejuízo do envio, pelo Agente Fiduciário à Cia, de comunicação indicando a ocorrência da hipótese aqui descrita, da qual deverá constar: (a) o valor da Amortização Compulsória Extraordinária; e (b) quaisquer outras informações que o Agente Fiduciário entenda necessário à operacionalização da Amortização Compulsória Extraordinária. (xxiii) Vencimento antecipado: observadas as disposições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, as obrigações da Cia constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado a serem previstos na Escritura de Emissão; e (xxiv) Demais Características: as demais características das Debêntures serão detalhadamente descritas na Escritura de Emissão. b. autorizar a alienação fiduciária das Ações da Cia em garantia das Debêntures a serem emitidas; c. autorizar a administração da Cia a assinar os Atos de Formalização da Emissão de Debêntures; d. ratificar os atos praticados pela administração da Cia até esta data para a formalização da Emissão de Debêntures. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foram os trabalhos suspensos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que foi lida e aprovada por unanimidade dos acionistas. **7. Assinaturas:** A presente Ata é cópia integral da ata registrada em livro próprio e é assinada eletronicamente pelo presidente e pelo secretário da mesa. Mesa: SALVADOR PASTORE NETO - Presidente, DIOGO MARTINS ROSA - Secretário.

Transportadora Real 94 Ltda.

CNPJ/MF nº 00.367.894/0020-15 - NIRE 35.906.323.524

Edital de Termo de Responsabilidade nº 28/2023

A Junta Comercial do Estado de São Paulo torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária "Transportadora Real 94 Ltda.", NIRE 35906323524, CNPJ 00.367.894/0020-15, localizada na Avenida Piraporinha, nº 777, Galpão C, Planalto, São Bernardo do Campo/SP, CEP: 09891-001, Sr. **Agnaldo Lemes Gonçalves**, portador da cédula de identidade RG nº 6333418-9 - SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 015.922.829-89, assinou em **03/03/2023** o Termo de Responsabilidade nº **28/2023**, com fulcro nos arts. 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e art. 3º, parágrafo único, da IN nº 52/2022, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do art. 8º da supracitada Instrução Normativa. **Paulo Henrique Schoueri, Presidente da Junta Comercial do Estado de São Paulo.**

Leceres S.A.

CNPJ N° 07.687.928/0001-35 - NIRE 35300589912

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de março de 2023

Data, hora e local: 09/03/2023, 10hs, na sede social. **Convocação e presença:** Dispensada. Presença da totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Victor Salvador Duarte; e Secretário: Sr. Bruno Rezende Betterelli. **Deliberações aprovadas:** (i) A lavratura da ata na forma de sumário; (ii) A realização da 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações, para distribuição privada, caracterizadas como Créditos Imobiliários em razão da destinação dos recursos a serem captados com sua emissão, a serem subscritas pela Forte Securitizadora S.A., CNPJ nº 12.979.898/0001-70, para constituir o lastro dos CRI das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª e 10ª Séries de sua 3ª Emissão, a ser Convocada em da Espécie com Garantia Real, para Colocação Privada, da Leceres S.A., com as características descritas a seguir: (a) Valor: R\$ 300.000.000,00; (b) Quantidade e Valor Nominal Unitário: serão emitidas 300.000 Debêntures, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 ("Valor Nominal Unitário"); (c) Espécie: quirográfrica, a ser convolada em com garantia real quando da constituição da alienação fiduciária de imóveis nos termos da Escritura de Emissão de Debêntures ("Alienação Fiduciária de Imóveis"), que recairá sobre os imóveis objeto das matrículas nº 23.529 do 3º Ofício de Notas – Registro Geral de Imóveis 1º CRI de Natal/RN; nºs 11.532, 11.533, 11.534, 11.535, 11.536, 11.537, 11.538, 11.539, 11.540, 11.541, 11.542, 11.543, 11.544, 11.545, 11.548, 11.549, 11.551, 11.552, 11.555, 11.556, 11.559, 11.560, 11.562, 11.563, 11.566, 11.567, 11.569, 11.570, 11.571, 11.573, 11.574 e 11.575, todas do Registro de Imóveis da Comarca de Gramado/RS; nºs 3.697 e 8.423, ambas do Ofício Único de Ipojuca/PE; nºs 12.367, 12.369 e 18.519, todas do 3º Registro Geral de Imóveis e Distribuidor de Títulos para Protesto de Macelió/AL; nºs 35.523, 38.461, 38.462, 39.370 e 46.316, todas do Registro de Imóveis – 2º Ofício de Foz do Iguaçu/PR; todos de propriedade da Companhia, sendo que outros imóveis deverão ser alienados fiduciariamente em garantia posteriormente; (d) Séries: as Debêntures serão emitidas em 10 séries; (e) Forma: as Debêntures serão nominativas, sem a emissão de cautelares ou certificados; (f) Conversibilidade: as Debêntures não são conversíveis em ações de emissão da Companhia; (g) Preço de Subscrição e Integralização: as Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo Valor Nominal Unitário atualizado, acrescido dos juros remuneratórios; (h) Data de Emissão: 10/03/2023; (i) Prazo e Data de Vencimento das Debêntures: 3.692 dias, vencendo-se em 18/04/2033; (j) Juros Remuneratórios: farão jus a uma remuneração incidente sobre o saldo do Valor Unitário de Emissão, calculada de forma exponencial e cumulativa pro rata temporis por Dias Úteis decorridos, correspondente a uma taxa a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI de um dia, "over extra-grupo", acrescida exponencialmente de sobretaxa (spread) equivalente a 5,85% ao ano, sendo (i) 4,50% ao ano para as Debêntures das Séries A; e (ii) 7,50% ao ano para as Debêntures das Séries B, calculados a partir da primeira data de integralização de cada série das Debêntures; (k) Amortização: as Debêntures serão pagas conforme fluxo definido na Escritura de Emissão de Debêntures; (l) Garantias: as Debêntures contarão com a Alienação Fiduciária de Imóveis e com um Fundo de Reserva e um Fundo de Despesas em garantia, conforme definidos e descritos na Escritura de Emissão de Debêntures; e (m) Destinação dos Recursos: os recursos captados pela Companhia com as Debêntures serão destinados ao desenvolvimento dos empreendimentos imobiliários hoteleiros de propriedade da Companhia indicados na Escritura de Emissão de Debêntures; (iii) A autorização para a Companhia constituir a Alienação Fiduciária de Imóveis; e (iv) A autorização para que os administradores da Companhia pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações acima, incluindo, mas não se limitando, a celebração em nome da Companhia, de todos e quaisquer documentos necessários às deliberações aprovadas, bem como de quaisquer aditamentos, termos, anuências e/ou notificações previstos ou necessários, e à adoção, junto a órgãos governamentais e entidades privadas, das providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas aprovadas nesta Assembleia e e demais documentos e atos necessários para a realização da emissão das Debêntures e da operação de securitização por meio da emissão dos CRI. Nada mais. São Paulo/SP, 09/03/2023.

Ortopedia do Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 42.675.700/0001-26 - NIRE 35.300.572.700

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Acesso pelo link: <https://bit.ly/Acesse-Convocacao-14-03-23>. **ID da Reunião nº:** 258 163 939 50. Ficam convocados os acionistas da Ortopedia do Brasil S.A. para AGE em 23/03/2023, às 11h, em 1ª convocação, por meio de videoconferência, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte **Ordem do Dia:** (1) a ratificação da nomeação e contratação da BR Efforts Serviços Contábeis S/S Ltda., CRC/SP, nº 2SP043.416/O-1, CNPJ/MF nº 39.255.457/0001-82, com sede em SP/SP, na qualidade de empresa especializada contratada para a elaboração do laudo de avaliação das quotas representativas do capital social da CRS Serviços Médicos Ltda., CNPJ/MF nº 51.132.777/0001-40, com sede em Santo André/SP, a serem conferidas ao capital social; (2) a aprovação do Laudo de Avaliação elaborado pela Empresa Avaliadora; (3) a proposta de aumento do capital social, no valor de, no mínimo, R\$ 756.009,71 e no máximo R\$ 953.094,41, mediante a emissão de, no mínimo, 169.914 e no máximo 214.209 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a um preço unitário de emissão de aproximadamente R\$ 4,45 por ação, sendo permitida a homologação parcial do aumento do capital social se atingida a subscrição mínima de R\$ 756.009,71; (4) a divulgação pela administração de aviso aos acionistas para estabelecer o procedimento de exercício do direito de preferência pelos acionistas da Companhia, no prazo mínimo de 30 dias previsto no art. 171, § 4º da Lei das S.A.; (5) a proposta de alteração do caput do art. 5º do Estatuto Social para refletir o aumento do capital social da Companhia; e (6) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários a fim de efetivar e cumprir as deliberações tomadas na referida Assembleia. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados das Sras. Patricia Passos e Vanessa Coelho (Jurídico) – patricia.passos@oply.com.br e vanessa.coelho@oply.com.br com no mínimo 2 dias úteis de antecedência à data de realização da Assembleia: (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 ano. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§ 1º e 2º da Lei nº 10.406/2002, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, conteúdo o reconhecimento da firma do outorgante. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, § 1º da Lei das S.A. Alternativamente, os acionistas poderão participar da Assembleia por meio do envio de boletim de voto à distância ("Boletim"), (i) todas as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, (ii) orientações sobre o seu envio à Companhia, (iii) indicação dos documentos que devem acompanhar-ho para verificação da identidade do acionista, bem como de eventual representante e (iv) orientações sobre as formalidades necessárias para que o voto seja considerado válido. O Boletim deverá ser devolvido à Companhia, devidamente preenchido e assinado pelo acionista, com no mínimo 5 dias de antecedência à data de realização da Assembleia. A Companhia deve, em até 2 dias úteis do recebimento do Boletim, comunicar (a) o recebimento do boletim de voto à distância, bem como que o Boletim e eventuais documentos que o acompanham são suficientes para que o voto do acionista seja considerado válido e (b) a necessidade de retificação ou reenvio do Boletim ou dos documentos que o acompanham, descrevendo os procedimentos e prazos necessários à regularização. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede. SP/SP, 14/03/2023. **Fernando Henrique de Aldemundo Pereira**, Presidente do Conselho de Administração. (14, 15 e 16/03/23)

Pedreira Cachoeira S.A.

CNPJ/MF nº 62.310.644/0001-33

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convidados os Senhores Acionistas desta Companhia a se reunirem em AGO/E, que se realizará no dia 24 de março de 2023, às 10h30, na sede social, Rua Cel. Sezeferdo Fagundes, 7.901 – Turcurui, na cidade de São Paulo, Capital, CEP 02306-000, para deliberarem, em AGO, sobre a seguinte ordem do dia: (i) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras e Contábeis, suas Notas Explicativas e do Relatório da Administração relativos ao exercício social findo em 31/12/2022; (ii) Destinação do Resultado do Exercício findo em 31/12/2022; (iii) Correção Monetária do Capital Social; (iv) Eleição da Diretoria para o período 2023-2026; (v) Aprovação da verba anual e global destinada à remuneração da Diretoria; e (vi) Outros assuntos de interesse social; e, em AGE; (vii) Ratificação da renovação do contrato de arrendamento de direitos minerários; (viii) alteração do artigo 12 do estatuto da companhia e (ix) Outros assuntos de interesse social. Os documentos existentes relativos ao item "vii" da ordem do dia estarão, a partir desta data, nos termos do art. 135, § 3º da Lei nº 6.404/76, à disposição dos acionistas no endereço da sede da companhia, podendo ser consultados mediante prévio agendamento. São Paulo, 14 de março de 2023. **A Diretoria**. (14, 15 e 16/03/2023)

Comcitrus S.A.

CNPJ/MF 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570 -

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária

Ficam convidados e convocados os senhores acionistas da Comcitrus S.A. ("companhia"), a se reunirem em: **1. AGE**, que será realizada no dia 24/03/23, às 9h, e em 2ª chamada às 9h30, para deliberarem sobre o seguinte: **ordem do dia:** a) Deliberar sobre a alienação das ações em tesouraria; b) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia; e c) Outros assuntos de interesse da Companhia. **2. AGO**, que será realizada no dia 18/04/23, às 09hs, e em 2ª chamada às 9h30 para deliberarem sobre o seguinte: **ordem do dia:** a) Discutir e votar as contas e demonstrações financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31/12/2022; b) Deliberar sobre a destinação de lucros; e c) Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, ambas as assembleias serão realizadas na **Alameda Búzios, nº 182, CEP 14708-050, Jardim do Bosque, Bebedouro/SP**, Bebedouro, 15/03/23. **José Francisco de Fátima Santos**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. (16, 17 e 18/03/23)

Dólar fecha no maior nível desde 5 de janeiro com crise do Credit Suisse



O dólar encerrou a sessão da quarta-feira, 15, em alta de 0,70%, cotado a R\$ 5,2943 – o maior valor de fechamento desde 5 de janeiro (R\$ 5,3523). Nos momentos de maior estresse, no início dos negócios, a divisa ultrapassou o teto de R\$ 5,32 e registrou máxima a R\$ 5,3288 (+1,36%). Na semana, o dólar acumula alta de 1,65% ante o real, que sofre menos, contudo, que seus pares principais entre emergentes.

O escorregão do real se deu em meio a uma onda de aversão ao risco mundo afora que levou investidores a buscar refúgio na moeda americana. Após a trégua de ontem, no rescaldo das medidas de autoridades dos EUA para amenizar os efeitos da quebra do Silicon Valley Bank (SVB) e do Signature Bank, notícias de problemas de liquidez do Credit Suisse reavivaram os temores de recessão global, na esteira de uma possível espiral de deterioração no sistema financeiro. O Saudi National Bank (SNB), principal acionista do banco suíço, descartou a hipótese de oferecer mais assistência financeira à instituição.

Especula-se que o Banco Central Europeu (BCE) não cumpra amanhã a sinalização de alta de juros em 50 pontos-base. Ao longo da tarde, voltaram a ser majoritárias pontualmente, segundo ferramenta da CME, as chances de que o Federal Reserve opte por manter a taxa básica inalterada neste mês, em vez de promover nova elevação de 25 pontos-base – o que teria amenizado as perdas das bolsa em Nova York à tarde e esfriado um pouco a corrida ao dólar. Além disso, o Banco Nacional da Suíça (SNB) informou que pode, caso necessário, fornecer liquidez ao Credit Suisse.

IstoéDinheiro

Tredici Participações S.A.

CNPJ/MF nº 36.048.324/0001-47

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em Reais)

Balanco Patrimonial				Demonstração do Resultado		
Ativo	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Circulante			Circulante		Receitas	
Disponível	7.217	6.252	Mutuo	5.000	5.000	5.000
Mutuo	14.800	10.000	Total do circulante	5.000	5.000	
Total do circulante	22.017	16.252	Não circulante			
Não circulante			Mutuo a pagar	3.000.000	3.000.000	
Investimentos	34.097.484	16.375.181	Total do não circulante	3.000.000	3.000.000	
Total dos Investimentos	34.097.484	16.375.181	Patrimônio líquido			
Total do não circulante	34.097.484	16.375.181	Capital Social	10.035.001	10.035.001	
Total do ativo	34.119.501	16.391.433	Lucros distribuídos	(18.538.611)	(13.443.529)	
			Lucros acumulados	16.794.960	9.010.921	
			Lucro do período	22.823.151	7.784.039	
			Total patrimônio líquido	31.114.501	13.386.433	
			Total do passivo + PL	34.119.501	16.391.433	

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – Tredici Participações S.A., sociedade anônima fechada limitada, com sede social na cidade de Barueri, estado de São Paulo, na Avenida Tucunare, 550, Sala 402, Bairro Tambore, SP, CEP 06460-020. A sociedade tem fins lucrativos e tem por finalidade a industrialização, beneficiamento, montagem ou acondicionamento de equipamentos de telefonia e informática; montagem e integração de placas de circuito impresso e de partes e peças eletrônicas; a venda, comercialização, locação e manutenção de equipamentos de telecomunicações, informática, telefonia, sistemas de redes de dados, vídeo conferência, segurança e vigilância de rede de dados; a importação e a exportação de equipamentos de informática e telecomunicações; a prestação de serviços na área de intermediação de planos de serviços de telefonia móvel; a representação comercial; a prestação de serviços de desenvolvimento de sistemas eletrônicos de processamento de dados (software), comercialização de sistemas e outros produtos voltados para informática; a licença de uso de software, instalação e manutenção de software e hardware; a prestação de serviços de engenharia e construção de tubulações, e o teleprocessamento. A empresa mantém filiais nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis – As demonstrações financeiras da Tredici Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil que englobam as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), posteriores alterações trazidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, e os pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

3. Práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações contábeis – a) **Apruração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. As receitas de vendas estão sendo apresentadas pelo valor bruto, ou seja, incluem os impostos e os descontos incidentes sobre as mesmas, os quais estão apresentados como contas redutoras das receitas. A receita de venda de produtos é reconhecida no resultado quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, a Companhia não detém mais controle ou responsabilidade sobre a mercadoria vendida e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados em favor da Empresa. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na rubrica de receitas/despesas financeiras. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos comerciais e encargos sobre vendas. b) **Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira:** b1) **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. b2) **Transações denominadas em moeda estrangeira:** Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercí-

cios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. c) **Instrumentos financeiros:** Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não derivativos são mensurados de acordo com sua respectiva classificação: c1) **Instrumentos mantidos até o vencimento:** Se a empresa tem a intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos de dívida, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável. c2) **Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado:** Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a Empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Empresa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado. c3) **Outros:** Outros instrumentos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável. d) **Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras. Os saldos bancários negativos estão incluídos no passivo circulante nas demonstrações contábeis. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado", e estão demonstradas na Nota 4. e) **Contas a receber de clientes:** Referem-se a valores a receber de clientes e estão reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. f) **Estoques/Equipamentos Expansão:** Avaliados ao custo médio de aquisição ou produção e ajustados, não superiores ao valor de mercado. g) **Imobilizado e depreciação:** O ativo imobilizado está registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, levando em conta a segregação entre os gastos de capital e gastos do período. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica e remanescente dos bens. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. h) **Intangível e amortização:** Refere-se a gastos relacionados à aquisição ou desenvolvimento de software. Sua amortização está sendo realizada de acordo com as projeções de resultados dos negócios que lhes deram origem. i) **Recuperação de ativos:** A adminis-

tração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído uma provisão para deterioração, ajustado o valor contábil líquido ao valor recuperável. j) **Outros ativos e passivos:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. k) **Passivos:** Reconhecidos no balanço quando a Empresa possui uma obrigação legal ou como resultado de eventos passados, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-los. Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor, sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A determinação da obrigação estimada relativa a processos fiscais, civis e trabalhistas envolve julgamento profissional por parte da Administração. A Empresa está sujeita a diversas demandas, sendo parte em processos fiscais, civis e trabalhistas sobre diversos assuntos, decorrentes do curso normal das suas atividades de negócios. A Empresa contabiliza provisão para perdas prováveis nos referidos processos passíveis de serem estimadas com razoável precisão. O julgamento da Empresa está baseado na opinião dos seus advogados externos. Os saldos são ajustados de forma a refletir mudanças nas circunstâncias dos processos em andamento. Os resultados efetivos podem vir a diferir das referidas estimativas. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço. Os itens de longo prazo estão ajustados a valor presente quando pertinente. l) **Tributação:** As receitas de vendas e serviços no mercado interno estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Alíquotas	2022	2021
Imposto		
IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados	0 a 15%	
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	04% a 19%	
PIS – Programa de Integração Social	1,65%	
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%	
PIS – Programa de Integração Social	0,65%	
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	3,00%	
Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado. O imposto de		

Cemusa do Brasil Ltda.
CNPJ/MF nº 03.168.412/0001-23 – NIRE 35.219.327.725
Reunião de Sócia Única em 13 de março de 2023

Aos 13/03/2023, às 10h00, na sede social, com totalidade. **Mesa:** Presidente: Ana Célia Biondi Rodriguez; Secretário: Arnaud Daniel André Bert. **Deliberações:** Redução do capital social, tendo em vista que o montante da redução do capital social da Companhia de R\$ 504.587,83, não compõe número inteiro, o montante de R\$ 504.587,00 será reduzido do capital social e o valor remanescente de R\$ 0,83 será desprezado, conforme autorizado pela IN DREI nº 81, de 2020, item 4.2.2, seção I, capítulo II. Com base na deliberação acima, o capital social, totalmente subscrito e integralizado, é reduzido de R\$ 74.199.131,00, para R\$ 73.694.544,00, isto é, uma redução no valor total de R\$ 504.587,00, conforme deliberado acima, com o cancelamento de 504.587 quotas no total, detidas pela Sócia Única, **JCDecaux do Brasil Ltda.**. A Sócia Única autoriza os Diretores da Sociedade a tomarem toda e qualquer providência conveniente ou necessária para implementação da redução de capital social da Sociedade mencionada acima, tendo poderes para efetuar: (i) nos termos do Artigo 1.084, § 2º c/c com o Artigo 1.152, § 1º do Código Civil, a publicação em forma de extrato no DOE-SP e em outro jornal de grande circulação, após o transcurso do prazo legal; e (ii) o pagamento do correspondente ao valor total de R\$ 504.587,83, que será realizado mediante a transferência à Sócia Única, **JCDecaux do Brasil Ltda.**, de 1.567.223 ações nominativas, sem valor nominal, detidas pela Sociedade na **Cemusa Rio S/A**, CNPJ nº 05.513.062/0001-10 e NIRE 33.3.0027104-0, conforme patrimônio líquido contábil da **Cemusa Rio S/A** de 31/12/2022. A efetivação do pagamento da redução do capital deliberada acima, deve respeitar o prazo de 90 dias contados da publicação desta Ata, conforme disposto no Artigo 1.084, §§ 1º e 2º do Código Civil. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 13/03/2023. Assinaturas: **Mesa:** Ana Célia Biondi Rodriguez – Presidente; Arnaud Daniel André Bert – Secretário.

Pet Center Comércio e Participações S.A.
CNPJ/ME nº 18.328.118/0001-09 – NIRE 35.300.453.824
Ata De Reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de março de 2023

1. Data, Hora e Local: Realizada ao 01 (um) dia do mês de março de 2023, às 10:00 horas, excepcionalmente realizada de forma remota, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, do Estatuto Social da **Pet Center Comércio e Participações S.A.** ("Companhia"). **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. Mesa:** Presidência pelo Sr. Claudio Roberto Ely, e secretariada pela Sra. Tania Zimmerman. **4. Ordem do Dia:** Deliberar sobre (i) a ratificação do recebimento das notificações de exercício enviadas por determinados participantes do Plano de Opção de Compra de Ações, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 06 de dezembro de 2013 ("Plano 2013"); (ii) o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, por subscrição particular, com a emissão de novas ações, em virtude do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano 2013. **5. Deliberações:** Após discussão, os membros do Conselho de Administração aprovaram, de forma unânime e sem quaisquer ressalvas ou restrições: (i) a ratificação do recebimento das notificações de exercício dos participantes do Plano 2013 listados no Anexo I a esta ata, que indica o nome e a quantidade de opções que eles optaram por exercer nessa oportunidade e que ficará arquivada na sede da Companhia; (ii) o aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, em decorrência do exercício de opções de compra de ações no âmbito do Plano 2013, no montante total de **R\$ 921.690,79 (novecentos e vinte e um mil, seiscentos e noventa reais e setenta e nove centavos)** com a consequente emissão de **828.377 (oitocentos e vinte e oito mil, trezentas e setenta e sete)** novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas na presente data, de acordo com os boletins de subscrição que ficam arquivados na sede da Companhia; (iii.1) O preço de emissão das ações foi calculado conforme previsto nos contratos de opção de compra de ações celebrados entre a Companhia e os participantes. (iii.2) As ações ora emitidas terão direitos e prerrogativas idênticos às ações ordinárias já emitidas da Companhia. (iii.3) Nos termos do disposto no artigo 171, parágrafo 3º, da Lei nº 6.404/76, os acionistas não terão direito de preferência na subscrição de aumento de capital decorrente do exercício das opções de compra de ações. (iii.4) Em função do referido aumento, o capital social da Companhia passará de R\$ 1.724.443.747,96 (um bilhão, setecentos e vinte e quatro milhões, quatrocentos e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e sete reais e seis centavos) dividido em 461.642.885 (quatrocentos e sessenta e um milhões, seiscentos e quarenta e duas mil e oitocentas e oitenta e cinco) ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$ 1.725.365.438,75 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos) dividido em 462.471.262 (quatrocentos e sessenta e duas milhões, quatrocentos e setenta e um mil e duzentas e sessenta e dois) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal. Deste modo, o artigo 4º, caput, do Estatuto Social da Companhia vigorará, *ad referendum* da Assembleia Geral de Acionistas da Companhia a ser oportunamente convocada, com a seguinte redação: **Artigo 4º. O capital social da Companhia é de R\$ 1.725.365.438,75 (um bilhão, setecentos e vinte e cinco milhões, trezentos e sessenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), totalmente subscrito e integralizado, dividido em 462.471.262 (quatrocentos e sessenta e duas milhões, quatrocentos e setenta e um mil e duzentas e sessenta e dois) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal ("Capital Social").** **6. Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Após tomadas e aprovadas as deliberações, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram dados por encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma sumária, que, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Cláudio Roberto Ely – Presidente; Tania Zimmerman – Secretária. **Conselheiros Presentes:** Sergio Zimmerman, Sylvia de Souza Leão Wanderley, Tania Zimmerman, Gregory Louis Reider, Claudio Roberto Ely, Ricardo Dias Mieskalo Silva e Eduardo de Almeida Salles Terra. Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. São Paulo, 01 de março de 2023. **Mesa:** Claudio Roberto Ely – Presidente; Tania Zimmerman – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 109.625/23-7 em 15/03/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

FCUBE Investimentos e Participações Ltda.
CNPJ/ME nº 23.438.415/0001-47 – NIRE 35.229.482.715
Ata de Reunião Geral Extraordinária de Sócios

Data, Horário e Local: 05/01/2023, às 10h, Rua Vieira de Moraes, nº 1.111, Conj. 1204, São Paulo-SP. **Mesa:** Presidente: Flávia Barsanti Goulart Louzada; Secretária: Fabioli Barsanti e Silva. **Convocação e Presença:** Dispensada diante da totalidade das quotistas, nos termos do artigo 1.072, § 2º do Código Civil. **Deliberações da Ordem do Dia aprovadas por unanimidade:** Com base no último balanço patrimonial e balanço de resultado econômico da Sociedade, pela redução do capital social no valor total de R\$ 4.698.000,00, por ser considerado excessivo em relação ao objeto da sociedade, em conformidade com o artigo 1.082, inciso II, do Código Civil. Deste valor, R\$ 3.177.827,31 será atribuído para saldar as dívidas contra a conta corrente das sócias, desproporcionalmente; e R\$ 1.520.172,69, em moeda corrente nacional, a pagar às sócias desproporcionalmente, em até 31/12/2023. Passando o capital social de R\$ 19.468.315,00 para R\$ 14.770.315,00, cabendo a todas as sócias proporcionalmente, o valor da redução do capital. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, lavrou-se esta Ata, que foi lida, achada conforme e assinada pelos presentes. São Paulo, 05/01/2023. **Mesa:** Presidente – Flávia Barsanti Goulart Louzada e Secretária – Fabioli Barsanti e Silva. **Sócios Presentes:** Flávia Barsanti Goulart Louzada, Fabioli Barsanti e Silva e Fulvia Barsanti Deneno.

Data Mercantil
A melhor opção para sua empresa
comercial@datamercantil.com.br

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC -
R\$ 5,2975 / R\$ 5,2981 **
Câmbio livre mercado -
R\$ 5,2938 / R\$ 5,2940*
Turismo - R\$ 5,410 /
R\$ 5,511
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado
no dia: 0,72%

OURO BM&F
R\$ 320,00

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: -0,25%
Pontos: 102.675
Volume financeiro:
R\$ 52,469 bilhões
Majores altas: Meliuz ON (10,75%), MRV ON (7,19%), Grupo Natura ON (6,63%)
Majores baixas: CVC Brasil ON (-11,78%), CSN ON (-6,04%), Gerdau PN (-4,66%)
S&P 500 (Nova York): -0,7%
Dow Jones (Nova York): -0,87%
Nasdaq (Nova York): 0,05%
CAC 40 (Paris): -3,58%
Dax 30 (Frankfurt): -3,27%
Financial 100 (Londres): -3,83%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,03%
Hang Seng (Hong Kong): 1,52%
Shanghai Composite (Xangai): 0,55%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,06%
Merval (Buenos Aires): -4,82%
IPC (México): -1,15%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Junho 2022: 0,67%
Julho 2022: -0,68%
Agosto 2022: -0,36%
Setembro 2022: -0,29%
Outubro 2022: 0,59%
Novembro 2022: 0,41%
Dezembro 2022: 0,62%
Janeiro 2023: 0,53%

O leilão reverso da Americanas



Um ponto ainda não mudou nas negociações entre Americanas e credores desde a primeira proposta da empresa, em fevereiro, e a última reunião, na semana passada. Enquanto a discussão principal tem girado em torno do aporte de capital na companhia – que inicialmente era de R\$ 6 bi e, informalmente, a varejista já acenou com R\$ 10 bi – os termos iniciais do leilão reverso de dívida seguem os mesmos.

Segundo três fontes, a Americanas propõe que o leilão reverso comece, de saída, com pagamento máximo de 40% do valor de face da dívida. Ou seja, um haircut de pelo menos 60%. A partir daí, quem pedir menos, vende a dívida. A companhia se

propôs a fazer isso com um volume de R\$ 12 bilhões de valor de face – ou seja, o desembolso da empresa seria, na pior das hipóteses, de R\$ 4,8 bilhões. Os credores querem uma recompra maior, mas parecem ter aceitado o percentual de deságio.

Como bancos e bondholders já deram baixa em boa parte ou totalidade da dívida nos balanços e fundos, um percentual ainda que baixo já significa recuperar algum dinheiro. “É cash. É diferente de você negociar para pagar uns 60% e isso acontecer em cinco anos”, compara um banqueiro.

“Esse número ainda não mudou, mas não quer dizer que tenha sido aceito. Ele depende do restante da composição do plano, como o

volume de dívida que ela vai comprar no fim das contas e o volume de aporte de equity”, diz um advogado. “Aí vai ser a hora de discutir o ponto de partida desse leilão.”

Além do leilão reverso, o plano, que deve ser apresentado na segunda, vai discutir haircut para a dívida que não será recomprada – aí o deságio tenderia a ser menor.

Enquanto se discute um acordo, um grupo de credores que responde por 40% da dívida pediu à Justiça que coloque um watchdog na varejista – um cão de guarda que fiscalize as contas. O pedido foi feito na sexta e, hoje, o juiz da RJ negou, dizendo que isso é assunto para depois da aprovação do plano.

Pipeline Valor

Samsung, Dell e Apple: quais são as marcas de tecnologia queridinhas dos brasileiros



O Canaltech revelou os nomes das 17 marcas mais desejadas no mercado de tecnologia nesta quinta-feira, 9, em evento em São Paulo. Na sexta edição da premiação, algumas velhas conhecidas do público se destacaram mais uma vez.

A Apple manteve o domínio em smartphones e ganhou mais uma vez. Desde a primeira edição do prêmio a marca americana nunca perdeu o posto de mais desejada na categoria.

A mesma situação acontece com a Samsung, também invicta em smartTVs. A marca sul-coreana terminou a noite conquistando um segundo prêmio, em monitor

de PC, categoria que já havia vencido em edição anterior.

“Atuamos de forma customizada para entregar o que o brasileiro precisa, da forma que ele precisa e no momento que ele precisa”, afirma Anna Karina Pinto, diretora de marketing corporativo da Samsung Brasil.

Segundo a executiva, os 35 anos de companhia no Brasil são marcados pelo esforço perene em entender as demandas, os perfis de uso e investimento em inovação. Além disso, mantém um contato próximo com a comunidade, responsável por gerar insights para novas tecnologias e produtos.

Além da empresa, apenas a Dell saiu da premiação com

dois títulos entre as marcas mais desejadas. A fabricante americana de computadores ganhou pela terceira vez na categoria laptop e, pela segunda, em laptop gamer, com a linha Alienware.

Vencedora pela segunda vez em uma categoria mais técnica, processador de PC, a Intel credita o resultado ao investimento feito em pesquisa e desenvolvimento. “Além disso, a Intel tem uma forte cultura de inovação, sempre buscando novas maneiras de melhorar o desempenho e a eficiência de seus processadores”, afirma Carlos Buarque, diretor de marketing da companhia no país.

Exame

Parlamentares pedem a Haddad fim de ‘contrabando digital’ de chinesas como Shein

Deputados e senadores da FPE (Frente Parlamentar Mista do Empreendedorismo) pediram nesta quarta-feira (15) ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), que atue pelo fim do “contrabando digital” feito por empresas chinesas, como a Shein. Segundo eles, companhias asiáticas vendem produtos sem taxaço ou subfaturados no país.

Em entrevista ao final do encontro, o presidente da FPE, deputado Marco Bertaiolli (PSD-SP), falou sobre o prejuízo da prática às empresas brasileiras.

“O Brasil hoje recebe 500 mil pacotes diários vindos da China, em que os valores são subfaturados e os pacotes são multiplicados”, afirmou. “Você compra cinco camisetas da Shein. Ela manda cinco pacotes, um com cada camiseta, para estar abaixo do valor que é taxado, que é de US\$ 50 (R\$ 262). Mesmo assim, quando passa de US\$ 50, o valor da nota fiscal vem subfaturado.”

Bertaiolli afirmou que tal prática prejudica a indústria e o comércio do país. “Nós temos bilhões que não são taxados, nem o IOF [imposto sobre operações financeiras] é pago. Não é só taxar

o que nós temos, é ter uma percepção geral do que não está sendo contributivo no Brasil.”

Fundada na China, a Shein tem sede em Singapura e é um dos sites de roupas mais acessados no Brasil. O negócio, que nasceu em 2008, viu sua popularidade disparar na pandemia ao oferecer um catálogo de produtos com preços baixos.

A tributação do e-commerce e o enfrentamento a plataformas estrangeiras, como a Shein, são pontos de destaque entre as reivindicações do varejo têxtil, que chama atenção para a falta de isonomia na tributação.

Enquanto empresas brasileiras estão sujeitas a cobrança de impostos ao longo da cadeia de produção, as plataformas estrangeiras estariam usando o benefício de isenção para trocas entre pessoas físicas, desde que o valor da mercadoria fique abaixo de US\$ 50, para evitar o imposto de importação (o que tornaria o produto mais caro).

Empresários também reclamam que as companhias estão fraudando dados ao registrar produtos mais caros com preço abaixo do valor de US\$ 50 como forma de fugir da taxaço. Danielle Brant/Folhapress